

Blink

N. 01
Ano 2023

A revista da Educação não Formal

Reportagem

Em Braga, um jogo aborda a violência no namoro e o tráfico de seres humanos

Internacional

Como a Irlanda apostou na Educação não Formal. O caso de Cork

Opinião

“E o que sabe fazer?”
A crónica do Professor Alberto Melo

Augusto Santos Silva

“ PRECISAMOS DE UMA NOVA ALFABETIZAÇÃO: A DIGITAL ”

GRANDE ENTREVISTA

DIRETOR

Luis Alves

EDITOR

Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto
e Corpo Europeu de Solidariedade

IMPRESSÃO

Jaime & Barbosa, Lda.
Offset & Digital, Print Solutions

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Melo
Olívia Silva
Dina Soeiro
Sofia Marques da Silva
João Queirós
Vitor Dias
Paula Guimarães
Óscar Brandão
Luís Rothes
Rui Marques
Marcelino Lopes
Jo Claeys
José Bravo Nico
Carlos Ribeiro

Textos e Fotografias:

Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto
e Corpo Europeu de Solidariedade.
Carla Pires (fotografia da Grande Entrevista)

Cronistas convidados:

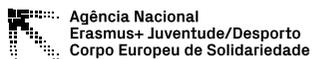
Alberto Melo, Gonçalo Sequeira dos Santos,
Jo Claeys

Ilustrações das crónicas de opinião:

Pedro Sousa Pereira

Alguns autores escrevem de acordo com a
antiga ortografia.

Depósito Legal: 516703/23



Agência Nacional
Erasmus+ Juventude/Desporto
Corpo Europeu de Solidariedade

Blink - A revista da Educação não Formal
Número 1 - Junho de 2023

Todos os direitos reservados.
Copyright 2023: Erasmus+ J/D e CES

SEDE BRAGA
Forum Braga,
Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves
4715-558 Braga, Portugal
t. [+351] 253 144 450
e. erasmusmais@juventude.pt

LISBOA
Rua de Moscavide 47101
Parque Expo1
1998-011 Lisboa, Portugal



Editorial

Luís Alves

Têm nas mãos o primeiro número da Blink - A Revista da Educação não Formal. Este é um projecto editorial da Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade, mas é também a materialização de uma agenda de valorização da Educação não Formal e de uma correspondente centralidade na agenda pública e nas estratégias educativas do País e da Europa.

É certo, a Educação não Formal é (ainda?) um conceito elástico, diverso e plural. Infortunadamente designada pela negativa, vê também prejudicada a sua percepção como espaço educativo com sentidos e significados próprios.

Queremos, por isso, que a Blink seja o referencial de encontro das várias realidades, perspectivas e abordagens à Educação não Formal. Diferentes áreas de intervenção, actores distintos envolvidos, profissionais ou voluntários mobilizados, todos encontrarão neste projecto um espaço de debate, opinião e de reflexão conjunta, mas também de conhecimento e expressão das múltiplas realidades que constituem a diversidade do sector. Superar dicotomias, que aqui conviverão, é o caminho que nos permitirá reforçar o reconhecimento dos méritos, virtualidades e potencialidades de um sector que pode dar, cada vez mais, um contributo positivo nos processos e percursos educativos dos jovens, bem como ao longo da vida.

Cumprir com esta ambição exige também que sejamos capazes de comunicar para lá das nossas bolhas e circuitos fechados. É por isso que a Blink será, simultaneamente, uma fonte de conteúdos rigorosos, contudo apelativos, dinâmicos e atraentes. Uma publicação com informação validada, mas com uma linguagem clara, acessível e com um cuidado estético e editorial que favoreça experiências de leitura diferentes, e enriquecedoras para todos os leitores. Uma revista que almeja ser legível por especialistas e menos especializados, verdadeiramente capaz de interessar e chegar a todos. Um projecto que se apresentará em português, mas também em inglês. Que se folheará em papel ou se navegará no digital e que também transbordará para acções de debate, reflexão e de encontro. Esta é a jornada de aprendizagem que, juntos, hoje começamos!

Sumário

06



Opinião

Alberto Melo reflete sobre o valor dos conhecimentos adquiridos por cada um ao longo da vida e muito para além da escolaridade.

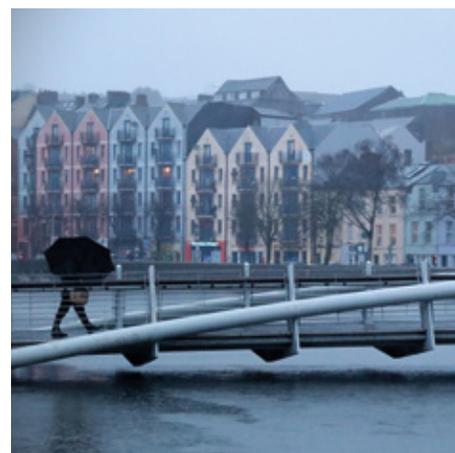
12



Grande Entrevista

Augusto Santos Silva foi Ministro da Educação e ocupa atualmente a segunda cadeira da hierarquia do Estado Português, como Presidente da Assembleia da República. Mas o seu passado pessoal e académico cruzou-se frequentemente com a temática da Educação não Formal.

24



Internacional

Em Cork, a Universidade tem sido um dos motores da Educação não Formal, valorizando as experiências de trabalho com jovens fora do campus, fazendo uso de uma legislação nacional favorável.

36



Reportagem

Na delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, uma equipa de jovens desenvolveu um jogo digital que previne e alerta para problemas como a discriminação ou a violência no namoro.

34



Futebol de Rua

Gonçalo Sequeira dos Santos mostra-nos como a Educação não Formal pode ser determinante na promoção da Inclusão Social, como acontece no caso prático do Futebol de Rua.

42



Formação

Jo Claeys, educador “freelancer”, escreve sobre o poder da Educação não Formal e sobre as raízes do curso de formação internacional.

44



Fotorreportagem

Na Madeira, as portas são as telas de artistas plásticos consagrados e emergentes, que ajudaram a transformar social e economicamente a Zona Velha do Funchal.

E O QUE SABE FAZER?

Alberto Melo

Presidente da Comissão Directiva
da Associação Portuguesa para
a Cultura e Educação Permanente
(APCEP)

Quando cheguei a Paris, aos 22 anos, apressei-me a procurar emprego para sobreviver como exilado. Consegui uma entrevista numa empresa de seguros. 1ª pergunta: Habilitações? Licenciatura em Direito. 2ª: E o que sabe fazer? Longa espera até me lembrar que tinha trabalhado para a Associação de Estudantes, como “sebenteiro”, isto é, registando aulas teóricas para as reescrever na máquina de dactilografar e reproduzir em folhas de Stencil: Sei escrever à máquina. E assim comecei a trabalhar, preenchendo apólices e a ganhar um salário graças a uma competência adquirida lateralmente aos meus estudos formais.

Esta situação marcou-me e esteve presente na minha mente em várias situações de vida e de trabalho. Por exemplo, em 1976, quando a Direcção-Geral de Educação Permanente, que eu coordenava, decidiu rever radicalmente o exame da 4ª classe para adultos, que penalizava profundamente os candidatos, pessoas, em geral, com longa e rica experiência de

vida mas curta ou nenhuma escolaridade. Produziu-se então a Portaria nº 419, de 13 de Julho de 1976. Em lugar de uma prova em que o examinando deveria fazer um ditado (situação praticamente inexistente na vida real) e depois responder a perguntas relativas às várias disciplinas escolares, a nova avaliação para obtenção do certificado de ensino de base para adultos procurava verificar se o processo de aprendizagem atingira objectivos como: capacidade de comunicar através de diversas formas de linguagem: oral, escrita, pela imagem, mímica, etc.; capacidade de cálculo, em relação aos problemas da vida quotidiana; capacidade de análise, possibilitando a compreensão da realidade e visando as necessárias intervenções para a sua transformação. O que importava sobretudo era procurar que o adulto, concluída a avaliação, não sentisse apenas que tinha a 4ª classe feita, mas reconhecesse também os muitos saberes e competências que possuía e podia aplicar na sua vida pessoal, social e profissional.

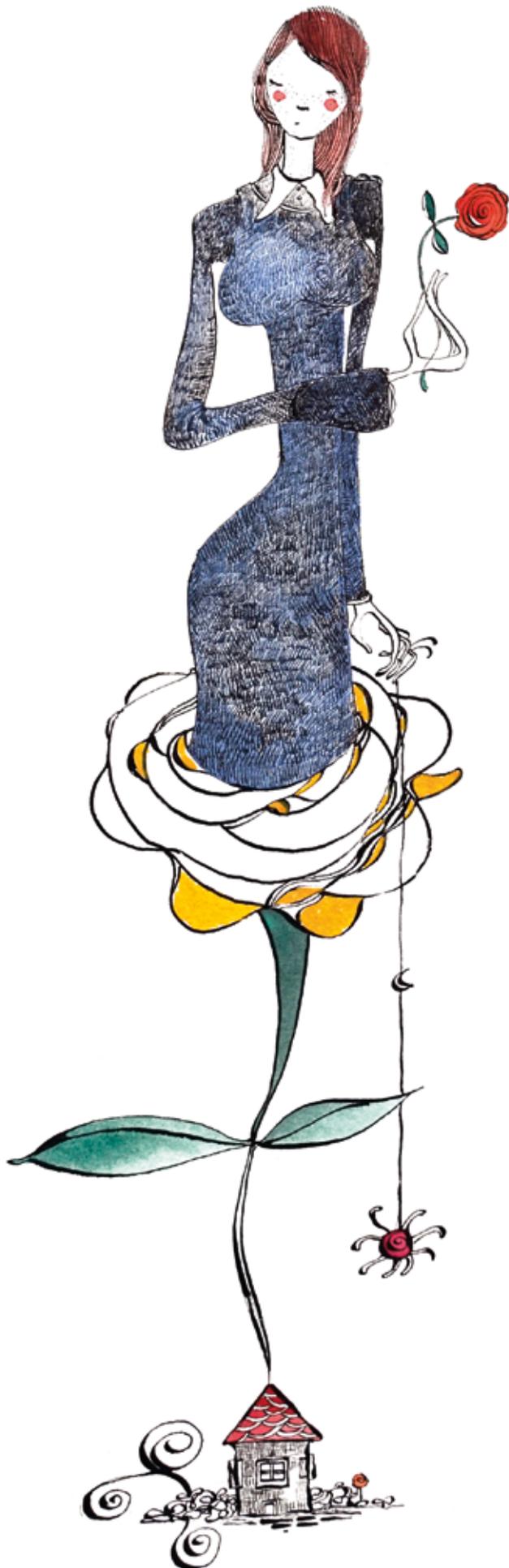
“O que importava sobretudo era procurar que o adulto, concluída a avaliação, não sentisse apenas que tinha a 4ª classe feita, mas reconhecesse também os muitos saberes e competências que possuía e podia aplicar na sua vida pessoal, social e profissional”



A enorme diferença entre “que habilitações tem?” e “o que sabe fazer?” confirmou-se mais tarde, quando participei, entre 1985 e 1997, em dinâmicas de animação territorial na Serra do Caldeirão, Algarve. Quase todas as pessoas residentes com quem falava me diziam Sou um(a) ignorante, que mal andei na escola, para depois, em resposta às minhas perguntas, enunciarem um rol imenso e rico de saberes e competências que lhes tinham permitido uma vida independente: com a família, construímos estas casinhas; tratamos das árvores, da horta, dos animais; com a lã, fazemos mantas; com o leite das cabras, fazemos queijo; temos colmeias a produzir mel e hidromel; faz-se anualmente a “matação” do porco, que é depois conservado em salgadeira, enquanto os enchidos são secados à lareira; todos os anos, colhemos os medronhos e destilamos a nossa aguardente...

A profunda convicção de que cada pessoa, independentemente da sua escolaridade, ao longo da vida adquiriu e produziu conhecimentos e competências de enorme valia para o seu quotidiano pessoal e profissional passou a acompanhar-me nas intervenções que fiz no campo da educação de adultos. É que, para além do facto de todos nós sermos uma fonte de saber e de saber-fazer, também é fácil constatar que muitos desses conhecimentos e competências têm uma correspondência imediata com conceitos e operações que compõem os currículos escolares. Imagine-se as medições e os cálculos que um pintor faz para comprar a quantidade de tinta de que precisa para uma dada parede. Pense-se nas noções geométricas que tem de possuir um carpinteiro para construir uma mesa, quadrada, rectangular, redonda...

“Quase todas as pessoas residentes com quem falava me diziam Sou um(a) ignorante, que mal andei na escola, para depois, em resposta às minhas perguntas, enunciarem um rol imenso e rico de saberes e competências que lhes tinham permitido uma vida independente”

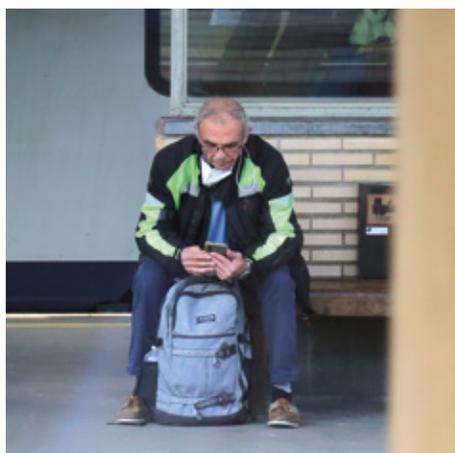


Foram estas as bases que me levaram, em equipa com as pessoas com quem trabalhei, a lançar as bases de um sistema que garantisse às pessoas adultas um processo de identificação, reconhecimento e, eventualmente, validação e certificação dos conhecimentos e competências adquiridos. Foi algo que se iniciou no âmbito de um grupo de trabalho, em 1997, cujo Relatório final incluiu, entre as propostas para o desenvolvimento da educação e formação de adultos, “definir e aplicar um esquema nacional de balanço de competências pessoais e de validação dos adquiridos profissionais ou de aprendizagem”. O Grupo de Missão que se seguiu desenvolveu e aperfeiçoou esta recomendação, construindo os alicerces de um Sistema de Validação de Conhecimentos e de Competências já adquiridos. A partir de 2000, a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos lançou os primeiros Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. A rede nacional entretanto estabelecida foi sucessivamente alargada, sendo os CRVCC (Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) rebaptizados Centros Novas Oportunidades. Os actuais Centros Qualifica são ainda fruto desta inovação.

Falei com muitos adultos que tinham concluído um dos níveis deste processo. A reacção que mais ouvi foi Renasci, sou outra pessoa! Afinal, já sabia tanto! Não porque tinham obtido um certificado, senão porque ganharam consciência do muito que sabiam e sabiam fazer, crescendo assim a confiança e a vontade de continuar a aprender, sempre. Por isso, vejo neste processo um instrumento fundamental na construção de uma Sociedade Educadora.

Falei com muitos adultos que tinham concluído um dos níveis deste processo. A reacção que mais ouvi foi Renasci, sou outra pessoa!

Portugal desenvolve um inquérito às competências dos adultos



Decorre, no primeiro semestre de 2023, o trabalho de campo do Inquérito às Competências dos Adultos, o primeiro estudo com estas características realizado no nosso país neste século. Serão inquiridos, nas diferentes regiões do país, cinco mil adultos, com idades compreendidas entre os 16 e 65 anos. Este inquérito é realizado no quadro do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC), um programa internacional multiciclo de avaliação das competências dos adultos promovido pela OCDE. Para corresponder ao convite para participar neste 2.º Ciclo do PIAAC, o Governo criou um Grupo de Projeto, coordenado por Luís Rothes e João Queirós, professores do Politécnico do Porto. Esta equipa que conta com o apoio administrativo da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional) e o financiamento do POAT2020 (Programa Operacional de Assistência Técnica), tem a missão de desenvolver as ações previstas neste programa. Os trabalhos de campo são realizados por uma equipa liderada pela Universidade Católica.

Capacitação digital



A Agência Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade, promove no quadro da sua participação na Parceria Estratégica “Digital Youth Work”, uma Ação de Capacitação/ Training Course denominada de “Creative & Tech Learning Mix - STEAM Edition”. Esta ação de capacitação dirige-se a jovens, líderes de associações juvenis, profissionais de juventude e decisores políticos com responsabilidades na área da juventude e pretende estimular a reflexão sobre implementação de boas práticas de “Digital Youth Work” aliadas a processos de criatividade que estimulem o desenvolvimento desta abordagem digital nas políticas e práticas de juventude portuguesa. A ação de capacitação desenvolve-se no quadro europeu de cooperação entre Agências Erasmus+ e tem prevista a sua realização, para o mês de setembro de 2023, no arquipélago da Madeira.

De comboio pela Europa



O DiscoverEU é uma ação do Erasmus+ que dá a oportunidade aos jovens dos países programa de descobrirem a Europa através de experiências de aprendizagem. O programa resulta de uma ideia do Parlamento Europeu, cumprida pela Comissão Europeia e é realizado de comboio, dando a conhecer as paisagens e realidades de uma variedade muito grande de cidades. Todos os anos, os jovens europeus que completam 18 anos podem inscrever-se e os candidatos que forem selecionados recebem um passe de viagem gratuito. Em Portugal, a Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade resolveu inovar, ao criar pela primeira vez um “Predeparture Meeting”, que decorreu em 2022 na Alfândega do Porto e onde os jovens selecionados receberam informação e conselhos sobre a aventura que estão prestes a assumir. O sucesso da iniciativa, que teve a adesão de centenas de participantes, repete-se agora todos os anos.

Presidente da República partilhou espaço de reflexão



A cidade de Braga acolheu no final de 2022 duas iniciativas da Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade, que juntaram mais de um milhar de participantes no Espaço VITA. Tratou-se da conferência “O Futuro da Participação visto pelos jovens”, integrada no ciclo de conferências anuais “O Futuro já começou”, e o evento Agora EU. O ciclo de conferências foi dedicado à participação cívica e política de jovens, promovendo uma reflexão sobre as suas formas de participação mais tradicionais e emergentes. O encerramento dos trabalhos ficou a cargo do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que além de partilhar a sua posição sobre esta temática abriu espaço para discussão com os jovens presentes.

Por sua vez, a iniciativa “Agora EU” reuniu beneficiários, multiplicadores e voluntários dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade para momentos de partilha e capacitação sobre as suas várias ações e medidas. Foram dois dias produtivos, onde foi possível promover o debate com os diferentes públicos, partilhar experiências e boas práticas e capacitar jovens e organizações. Também aqui a Educação não Formal foi a metodologia adotada para as dinâmicas de participação e aprendizagem conjuntas.

Saúde Mental no trabalho com Jovens



O bem-estar pode ser promovido através do trabalho com jovens? Este foi o mote para um grande evento internacional sobre saúde mental inspirador de ideias, métodos e práticas que promovem a saúde mental no trabalho com jovens. O final do mês de maio de 2023 fica assim a marcar a agenda de quem pretende promover, informar-se e consciencializar-se sobre a matéria. Como promover a própria saúde mental e a saúde mental de outros foi apontado como o principal objetivo do evento que encontrou no Algarve o seu palco.

No plano da organização é dado espaço aos jovens para discutir como é que a saúde mental deve ser abordada pelos técnicos da juventude e organizações juvenis. Grupos de jovens de diferentes países foram convidados a partilhar experiências sobre o tema.

Ano Europeu das Competências



No âmbito do Ano Europeu das Competências, a “Youth@Work Partnership”, (parceria entre agências nacionais Erasmus+ no âmbito do trabalho com jovens) organiza no Chipre o Fórum “Delving into Southern Innovative Practices” com o objetivo de estabelecer uma plataforma de aprendizagem e descoberta de iniciativas e práticas inovadoras que melhorem e desenvolvam as aptidões e competências dos jovens. O Ano Europeu das Competências 2023 dá um novo impulso à aprendizagem ao longo da vida através do apoio à inovação.

As partes interessadas são incentivadas a organizar atividades que melhorem ou forneçam as competências certas às pessoas para empregos de qualidade e, ao mesmo tempo, ajudem as PME (Pequenas e Médias Empresas) a colmatar a escassez de competências na União Europeia. Desta iniciativa resultará uma publicação com práticas relevantes nas áreas de empregabilidade juvenil, empreendedorismo e desenvolvimento de capacidades. A Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade promove também no âmbito deste Ano Europeu, um estudo sobre as competências dos jovens e o contributo da Educação não Formal nos processos de aquisição dessas competências.

PRECISAMOS DE UMA NOVA ALFABETIZAÇÃO: A DIGITAL

Entrevista
a Augusto Santos Silva

Augusto Santos Silva recebeu-nos na sala de visitas do seu Gabinete, bem ao lado do hemiciclo onde funciona o Parlamento a que preside. Entre a assinatura de um protocolo e uma reunião com o Presidente da República, em Belém, conversou demoradamente com a revista Blink, tornando-se no primeiro entrevistado da publicação.

Considerado uma autoridade em matéria de Educação não Formal, o Professor e Investigador confundiu-se saudavelmente com o homem e com o político. Duvidando sobre que oportunidades esperam as novas gerações em matérias como a economia e o emprego, mostra-se favorável ao que chama “uma nova alfabetização” que seja capaz de mitigar o “gap” digital que existe entre a sua geração e a dos seus netos. E fala-nos sobre a importância da aquisição de conhecimentos fora do âmbito escolar, defendendo a sua valorização e certificação.



Existe mais do que uma corrente acerca do que é a Educação não Formal. Como definiria o conceito?

A maneira mais simples de definirmos o que é a Educação não Formal, por forma a que todos entendam, é dizermos que é a educação que não toma a forma de um ensino. Isto é, trata-se da educação que não é formalizada, em graus, ciclos de estudo, dando direito a diplomas. Nós temos o ensino, que é feito em escolas, que segundo a nossa Lei de Bases se organiza em três graus fundamentais, o básico, o secundário e o superior. E eles estão encadeados, de forma a que um percurso escolar comece na escola básica e vá por aí fora até ao terceiro ciclo do ensino superior, que equivale a um doutoramento. Fora do ensino mas ainda no campo da educação, nós temos dois universos, um pré-escolar (que como o nome indica é a educação antes das crianças entrarem na escola) e a Educação não Formal, que são todas aquelas atividades educativas que se desenvolvem fora da escola.

E como corre a Educação não Formal em Portugal?

A tradição começou por ser a da “alfabetização”. Portugal, à semelhança de outros países no seu grau de desenvolvimento, tinha um grau de analfabetismo bastante grande quando foi o 25 de Abril de 1974. E houve, a seguir, um primeiro grande esforço de alfabetização maciça dos portugueses que não tinham realizado o seu direito de frequência escolar durante o Estado Novo. E as campanhas de alfabetização e os processos de alfabetização consistiram nesse movimento de procura de recuperação desse atraso. Entretanto, o desenvolvimento escolar em Portugal fez com que o analfabetismo se tornasse residual. Depois, há outros grandes movimentos de educação fora da escola, o primeiro dos quais, pela sua importância, foi o da formação profissional. Faz-se fora da escola ou envolvendo a escola de formação profissional e é também um esforço de educação e formação muito importante quer ao nível intermédio quer ao nível superior. Temos depois os movimentos de educação de segunda oportunidade, isto é, oferta a pessoas que não conseguiram ter percursos escolares completos durante a adolescência e que têm uma segunda oportunidade de educação em adultos, que muitas vezes significa o regresso à escola, outras não, mas que envolvem sempre uma oferta educativa adequada aos interesses, às idades e aos conhecimentos dos adultos. Muitas vezes partimos da sua experiência, seja pessoal, seja profissional, seja social, para



conseguirmos completar os seus percursos educativos mas permitir também certificar esses conhecimentos e experiências. E, portanto, quando falamos de Educação não Formal, queremos dizer uma destas duas coisas ou as duas coisas ao mesmo tempo. A educação que se faz fora da escola e a educação que se faz de um modo que não significa a repetição do percurso escolar formalizado normal, com um currículo que é comum para todos. Portanto, ou fora da escola ou, mesmo dentro da escola, que seja uma oferta educativa adequada à pessoa que a está a ter, seja essa pessoa alguém que não conseguiu sequer obter um primeiro grau de escolaridade e que, em sentido estrito, é analfabeta e iletrados, ou pessoas que tiveram uma formação que passou pela escola, mais tempo ou menos tempo, que não chegaram a ter graus completos de instrução e estão em processo de segunda oportunidade ou de requalificação.

“Quando falamos de Educação Formal e de Educação não Formal, não estamos a falar de universos estanques”

Os dois mundos, da Educação Formal e não Formal, deveriam cruzar-se mais? Imaginemos alguém que durante o percurso escolar secundário opta por ter uma experiência relevante de voluntariado noutro país, adquirindo dessa forma conhecimentos práticos em determinada área que coincide com a sua área de ensino formal. Esse estudante deveria, por exemplo, poder beneficiar de uma majoração na sua nota de acesso ao ensino superior?

Em alguns países e em alguns casos, essa experiência, por exemplo, a participação em ações de voluntariado, é valorizada, por exemplo, quando se analisam as candidaturas a níveis de graduação ou pós-graduação no ensino superior. No caso português, a entrada no ensino superior é definida fundamentalmente através de um concurso nacional, embora haja concursos específicos para públicos específicos, mas o fundamental é um concurso nacional. Mas, por exemplo, para admissão em mestrados e doutoramentos, já hoje se valorizam experiências que não andam longe das que descreveu. Quando falamos de Educação Formal e de Educação não Formal, não estamos a falar de universos estanques, estamos a falar de realidades que se entrecruzam.

Quer no antigo programa “Novas Oportunidades” quer no atual programa “Requalifica”, já há muitos percursos que significam partir de conhecimentos e experiência acumuladas de natureza não formal, designadamente no mundo profissional, e aproveitá-los para efeito de completar a escolarização. Portanto, alguém que, no seu percurso como adolescente, saiu da escola por abandono precoce (o que entendemos para alguém que saiu da escola antes de chegar aos 24 anos, sem obter qualquer grau de ensino completo, secundário ou superior), que entretanto se empregou, cresceu e se tornou adulto, mas que agora regressa à escola, não para repetir, tal e qual, o currículo do ensino secundário, mas para obter uma equivalência ao 12º ano, através de um percurso educativo que é adaptado a si próprio ou à sua condição. E isso hoje acontece, ou seja, já existe esse cruzamento virtuoso entre experiências de ensino através da Educação Formal e experiências não formais.



Falou num atraso estrutural na educação em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. Mas esse atraso continua ainda a afetar as gerações mais velhas. Essa falha que ainda sentimos é motivo para reforçarmos e valorizarmos ainda mais a Educação não Formal?

Sim, porque a realidade hoje é muito diferente daquela que existia antes do 25 de Abril. Eu posso dar uma imagem estatística ou mais impressionante. Dando a imagem mais impressionante, eu nasci em 1956, entrei na então chamada Escola Primária em 1962, acabei esse ciclo de ensino em 1966, e da minha turma de Escola Primária eu fui o único que concluiu um curso de ensino superior. Essa imagem dá bem a ideia desse funil estreitíssimo que caracterizava a escolaridade no tempo de Salazar e Marcelo Caetano. E mais, eu nem sequer fiz a Escola Primária num estabelecimento público, mas sim num colégio religioso. Portanto, numa sequência relativamente favorável no quadro do Estado Novo. Mesmo assim fui o único a concluir o ensino superior. Hoje a situação é completamente diferente.

“Portugal tem um problema de ‘stock’. Mas já não tem um problema de fluxo em matéria de Educação Formal”

Mas então já não temos um problema?

Temos um problema de “stock”. Mas já não temos um problema de fluxo em matéria de Educação Formal. Isto é, vivemos ainda hoje os efeitos do baixíssimo investimento do Estado Novo na escolarização. Portanto, para a minha geração, para a geração que imediatamente sucedeu à minha e para todas as gerações anteriores, o nível de escolarização médio ainda é muito baixo. Para as gerações mais novas, para a geração que hoje está na universidade, nós já temos médias de frequência de ensino ao nível dos países mais desenvolvidos. Por exemplo, a taxa de jovens de 20 anos que frequentam o ensino superior em Portugal é hoje superior à média dos países da OCDE, que são os países mais desenvolvidos do mundo. E isso significa que já não temos um problema de fluxo, porque quando fazemos o corte na geração atual, verificamos que já há níveis de escolarização muito confortáveis na comparação com os países mais desenvolvidos. Mas mantemos um problema no acumulado, devido às gerações mais velhas. E é por isso que em Portugal a



Educação não Formal foi muito e ainda é muito a educação de adultos, ou seja, da geração mais velha e que não pôde ter a Educação Formal plena na idade tida normal.

E deve ser? Devemos olhar para a Educação não Formal como um instrumento de educação de adultos?

Seria muito contraditório e logicamente absurdo que nós olhássemos para a Educação não Formal de uma maneira demasiado formal. Se há área que precisa de um olhar não burocrático é a da Educação não Formal, porque ela é feita de muitas experiências. Ainda há sítios, embora residualmente, onde o problema que temos é o da alfabetização das gerações mais velhas. E essas pessoas continuam a ter o direito de serem alfabetizadas, mesmo já tendo uma dimensão demográfica residual. Há outras áreas onde temos experiências muito importantes de educação de adultos que se faz ao nível da vida quotidiana, nas comunidades locais, nas associações, nas freguesias, nas coletividades. Essa experiência de educação é muito valiosa e

os conhecimentos e competências que saem dessa experiência devem ser certificados. Nós temos centros importantes que fazem um trabalho de reconhecer, validar e certificar as competências que as pessoas vão adquirindo ao longo da sua vida. Para quem gosta de siglas, são os antigos CRVCC. É um esforço importante que permite às pessoas comparecerem perante um desses centros, perante técnicos e educadores especializados. Eu posso aparecer e dizer qual foi o meu percurso pessoal, por exemplo, que fiz todo o ensino básico, que no 10º ano me inscrevi num curso humanístico, mas não concluí e fiquei no 11º ano e fui trabalhar, tive as disciplinas tal, tal e tal, mas agora sinto necessidade de completar o ensino secundário, o que tenho que fazer? A resposta da Educação Formal é dizer ao cidadão que se inscreva numa escola e complete o 11º e o 12º que deixou por fazer. A resposta da Educação não Formal, não burocrática, é “vamos ver. Com esse percurso escolar e com o que foi aprendendo na sua vida profissional, o que é que lhe falta fazer para completar o 12º ano? Trabalhou num hotel, com clientes estrangeiros que o levaram a aprender a falar inglês, espanhol e francês? Bom, então se calhar não precisa agora completar a formação de línguas estrangeiras... vamos ver”. A lógica de não haver uma visão estritamente formal tem esta vantagem que é partir da “Maria” ou do “Manuel” e ver o que é que precisam ainda fazer para ter as suas competências desenvolvidas, mas também para terem as competências que já adquiriram ao longo da vida certificadas e poderem ter um diploma.

Diz-nos que Portugal já não tem um problema de fluxo no que se refere à Educação Formal. Mas relativamente à Educação não Formal, ainda temos que compensar algum atraso, também no que diz respeito ao fluxo?

Ao nível da Educação não Formal é muito difícil falarmos de atraso...

Mas, recorrendo à sua larguíssima experiência internacional e sendo uma pessoa que conhece particularmente bem o mundo, mesmo empiricamente, que ideia tem quanto às oportunidades que Portugal proporciona às novas gerações, nomeadamente, fora da escola. Comparamos bem com os países do centro da Europa?

Eu diria que sim. Fomos desenvolvendo sistemas próprios e creio que as oportunidades de Educação não Formal em Portugal não serão hoje muito diversas. Mas, repito, quando falamos de Educação não Formal é muito difícil fazer uma avaliação fundada em métricas, que sejam um decalque das métricas que usamos no ensino. Eu no ensino, para chegar a uma licenciatura, o que preciso é ter as disciplinas do curso que escolhi feitas. Isto é, tenho de ter um diploma que certifique que realizei tudo aquilo que me propuseram. Já na Educação não Formal, nós partimos da experiência das pessoas, que pode ser riquíssima, mesmo sendo as pessoas muito pouco escolarizadas.



“

**Um dos
fascínios da
Educação não
Formal é que ela
nos abre para a
riqueza enorme
que são as
experiências
das vidas
das pessoas**

”



Quer-nos falar das suas experiências em Educação não Formal?

Eu nos anos oitenta fiz trabalhos de natureza quase etnográfica, uma vez que estive envolvido em investigações sobre as artes tradicionais portuguesas e essas investigações passavam também por trabalho de campo, por entrevistas com senhoras que eram tecedeiras e trabalhavam para uma cooperativa, uma associação das artes de tecelagem. Não me esqueço de uma conversa com uma delas em que veio à baila as campanhas de dinamização cultural que se fizeram logo a seguir ao 25 de abril de 1974, em que jovens estudantes como eu, de jeans e com os cabelos compridos, iam para o campo para alfabetizar o povo. As senhoras já idosas que falavam comigo nessas entrevistas que fiz mais tarde, recordavam que “aquilo era muito engraçado, porque eles vinham porque nós éramos pobres e incultos, mas apareciam aqui com umas calças de ganga rotas e coçadas, traziam uns cabelos compridos e mal lavados, eram finguelinhas e parecia que passavam fome e não conheciam nada da vida, do mundo rural, da agricultura ou dos nossos saberes, artes e tradições”. Dou este exemplo para dizer que um dos fascínios da Educação não Formal é que ela nos abre para a riqueza enorme que são as experiências das vidas das pessoas e, portanto, os conhecimentos, as capacidades e as competências que formam uma pessoa. E que nem sempre podem ser avaliadas em função de essa pessoa saber ou não dizer o Teorema de Pitágoras.

“Precisamos de um movimento maciço de uma nova alfabetização. Já não a do saber ler e escrever, mas sim a do digital”

Há autores que entendem a digitalização da sociedade de diferentes formas. Há quem a considere interessante do ponto de vista da rápida disponibilização de informação e de poder ser uma poderosa ferramenta para a Educação não Formal, mas há também os que entendem que o digital pode afunilar ainda mais o conhecimento e nos retirar de experiências reais como a que acaba de descrever. O que pensa disso?

Tecnicamente não sei responder. A experiência histórica e a minha experiência de vida, dizem-me que sempre que ocorrem mudanças, as pessoas tendem a descrever essas mudanças de forma negativa. Depois, adaptam-se a elas e percebem que essas mudanças até são positivas. Mas, se me permite aproveitar a sua pergunta em meu proveito, muitas vezes dizem-me que isto da Educação não Formal, da formação de adultos, da alfabetização, tudo isso foi um movimento muito importante dos anos 70 ou 80 do século passado, do José Mariano Gago, do Alberto Melo, da Ana Benavente, gente que se empenhou a fundo na educação de adultos, na recuperação do atraso histórico da escolarização e da educação em Portugal, merecem o nosso agradecimento por isso, mas esse tempo já passou, porque agora as pessoas de 30 ou 40 anos têm quase todas o ensino secundário e muitas o ensino superior e, portanto, esses movimentos já devem estar no museu. Dizem-me isso, mas eu respondo-lhes que estão totalmente enganados. Hoje precisamos de um movimento maciço de uma nova alfabetização. Já não a do saber ler e escrever, mas sim a do digital. Hoje a grande falha que nós temos – nós os adultos – é que somos uns verdadeiros iletrados digitais. Não dominamos as competências e os instrumentos básicos da transformação digital que estamos a viver. Ora, o esforço que nós temos de fazer, de massificação das competências digitais – de dominarmos o essencial da informática, da internet, das plataformas e dos meios digitais, que agora fazem parte da nossa economia, da nossa sociedade –, tem de ser feito por meios não formais. Não podemos ficar à espera que seja a escola, apenas, a garantir isso, senão perderemos as gerações que já não andam na escola, como a minha. E por isso, a Educação não Formal é hoje atualíssima, se nós pensarmos que o desafio que temos hoje já não é a iliteracia de não sabermos ler ou escrever, mas sim a iliteracia digital.

E isso já não pode ser feito na escola, para essas gerações, portanto...

Sim, porque o desafio que temos hoje é o de promover a literacia digital de todos. E essa universalização das competências digitais básicas só pode ser feita através da ferramenta que é a Educação não Formal, que nos dê processos expeditos que tenham em conta as experiências das pessoas, que se dirijam já não aos adolescentes e aos jovens, mas aos jovens adultos e aos adultos e que garantam uma rápida generalização dessas competências, sem as quais as pessoas não vão fazer aquelas coisas que agora é habitual dizermos em inglês, como o “upskilling” ou o “reskilling”, etc. Porque não vão poder adaptar-se às novas exigências da economia e da vida.

“A vida é poliédrica e todos os seus lados têm de ser preenchidos”

O "gap" geracional é importante, portanto. Mas há pais que entendem limitar o acesso a essas tecnologias, receando uma excessiva dependência dos filhos relativamente ao digital. O que pensa disso?

Hoje não tenho filhos dessa idade, mas tenho netos, cuja educação acompanho o mais próximo que posso e apoio 100% os respetivos pais quando traçam limites. Como eu e a minha mulher fazíamos quando os nossos filhos eram pequenos e não os deixávamos ver mais do que x horas de televisão. E assim vêm televisão, leem livros, escrevem composições, brincam, correm, ajudam a pôr a mesa... quer dizer, nós precisamos sempre de uma combinação bem temperada de várias competências, de várias atividades e de várias fontes de acesso à informação, porque essa é a nossa vida. Uma geração que saísse apenas com os dedos bem desenvolvidos poderia ser muito rápida a usar tatilmente os telemóveis, mas seria tão incompleta nas competências necessárias como a geração que antigamente não soubesse fazer as tabuadas. A vida é poliédrica e todos os seus lados têm de ser preenchidos. Mas isto já sou eu a falar como uma pessoa que tem opiniões.

Concorda com os que dizem que a escola em Portugal está demasiado virada para si própria e interage pouco com o exterior? Antigamente havia os passeios da escola, as visitas de estudo... não sei se é rigoroso dizer que isso se perdeu um pouco.

Creio que depende muito das escolas. Aqui na Assembleia da República, por exemplo, é muito raro haver uma semana em que não haja visitas de professores com os seus alunos...

Mas deve a escola exercer também esse papel de promotor da Educação não Formal, além do que já cumpre na Educação Formal?

Sim, claro que deve. As experiências não formais são muito enriquecedoras do ponto de vista educativo. E como eu sou um sujeito prático e direto, do meu ponto de vista, isto é muito simples. Deve gastar-se menos tempo e recursos naquelas viagens de finalistas de 12º ano, em que os jovens vão para uns hotéis no Sul de Espanha, passar uns dias de perfeita alienação sem qualquer utilidade, e em troca aumentar as visitas de estudo, as visitas aos monumentos, os trabalhos de voluntariado que também existem nos clubes escolares, ou seja, coisas que estimulem o conhecimento do nosso património, da nossa vida coletiva e o exercício da nossa cidadania. Tudo isso é muito recomendável e é Educação não Formal.



“

A Assembleia da República é um bom lugar de observação do que é a vida humana

”

Tem uma carreira política ímpar em Portugal, pela diversidade das responsabilidades que foi assumindo, nomeadamente como docente, em vários ministérios e agora como Presidente da Assembleia da República. O que lhe pergunto é em qual dessas funções aprendeu mais?

[risos]... a minha resposta é muito simples, eu aprendo sempre mais no sítio em que estou e no momento em que estou. Por exemplo, agora é aqui na Assembleia da República...

Aprende-se muito aqui?

Aprende. Aprende-se muito. Em primeiro lugar porque isto aqui é uma boa fonte de informação. Nós aqui estamos muito próximos da informação de que precisamos para desenvolver a nossa atividade. Quer ao nível nacional quer ao nível internacional. Depois, é um lugar de participação por excelência, nos debates políticos, nas grandes questões sociais que temos pela nossa frente e na produção da legislação, que tem na Assembleia da República o seu lugar número um. É também um bom lugar de observação do que são os homens e as mulheres, do que é a vida humana, do que é a psicologia das pessoas, da psicologia de grupo. Depois temos também um enorme potencial porque aquilo que educa mais não é o contacto duradouro com uma só fé, uma só crença ou referência, ou seja, o que educa mais não é a imersão numa só ortodoxia que não se discute, mas sim o acesso a visões diferentes, a propostas diferentes, a literaturas diferentes, a ideias diferentes. Ora, a diversidade é o nome da Assembleia da República. E portanto, a gente habitua-se a ouvir... uns acham que isto deveria ir mais pela via da direita, outros acham que deveria ir mais pela via da esquerda, outros acham que deveria ir pela avenida central, uns acham que a democracia cristã ainda é a melhor receita que nós temos para melhorar um pouco as coisas, outros acham

que é a social-democracia, outros acham que é a democracia radical, outros acham que é o conservadorismo, e a gente habitua-se a que a verdade há-de resultar do debate entre isto e que não deveremos ficar com uma só fé e que devemos abri-nos ao confronto uns com os outros e esse confronto, que é o nome da democracia, é um confronto pacífico, de argumentos, é muito importante porque educa muito.

E o Augusto Santos Silva, consegue sair daqui e olhar para a escola, para o hospital, para a mercearia e para a rua como um normal cidadão?

Sim, sim, faço aliás questão disso. Eu mantenho a minha atividade profissional na parte em que é legal mantê-la. Isto é, eu não posso acumular as atividades aqui na Assembleia da República com o ensino, portanto suspendi a minha atividade como Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, mas posso acumular a prática de investigação e publicação. Portanto, mantenho a um ritmo mais lento a minha atividade de investigação. Continuo a estudar sociologia e continuo a procurar entender o país e o mundo com essa bengala que é a sociologia. Depois, tenho uma vida absolutamente normal. Aquilo que posso dizer com interesse para as pessoas é que vou todos os fins de semana ao supermercado, estou com a minha família, sempre que posso, tenho atividades normais, como ir ao teatro e ao cinema, vou a não sei quantas livrarias, ando em centros comerciais, ando na rua, vou à tabacaria do meu bairro e faço tudo isso normalmente, sem nenhum problema.

“Não sou pessoa para ter uma conversa sobre marcas de carros ou sobre a qualidade comparada dos vinhos. Não percebo nada disso, nem quero perceber”

Mas com especial interesse pela área da cultura, creio...

Sim, com especial interesse pela cultura e pelas pessoas. Eu tenho uma grande vantagem, é que a mim as coisas não me dizem nada. Não sou pessoa para ter uma conversa nem sequer de dez minutos sobre marcas de carros ou sobre a qualidade comparada dos vinhos. Não percebo nada disso, nem quero perceber. Ao contrário, posso dizer, como o Pico della Mirandola, que sou humano e nada do que é humano me é indiferente.

O Professor José Hermano Saraiva disse num dos seus últimos anos de vida, que os portugueses sempre dizem “que isto está cada vez pior”, mas que ele, que viveu muito, poderia assegurar que era mentira, porque estava cada vez melhor. Agora, que ele já não está cá para nos acompanhar, diz-se que a geração que hoje está na escola será brindada com um retrocesso civilizacional e de oportunidades. Concorda com essa visão pessimista?

Para falar com honestidade intelectual e científica, creio que ainda é cedo para responder a essa pergunta. Do ponto de vista das qualificações, do ponto de vista do ambiente institucional e democrático, do ponto de vista das possibilidades tecnológicas, do ponto de vista da diversidade cultural, do ponto de vista da liberdade pessoal eu não tenho dúvidas em dizer que a geração dos meus filhos está mais forte do que a minha. É mais qualificada, tem possibilidades tecnológicas que a minha não teve, tem um regime democrático que ninguém põe em causa, tem oferta cultural mais diversa e muita dela gratuita... Já do ponto de vista do emprego, do rendimento, de segurança e sobretudo da ideia de que de geração para geração o bem-estar aumenta sempre... já tenho as minhas dúvidas. Depende bastante, porque estas novas gerações têm a infelicidade de estarem a viver crises que são quase sucessivas, sem interrupção. Foi a crise financeira de 2008/2009; a crise das dívidas soberanas na Europa em 2010; as crises dos programas de ajustamento dos países em que foram feitos, como Portugal; depois a pandemia; agora a guerra. Portanto, se me pergunta se as coisas estão melhores? Respondo sem hesitar que sim, naqueles parâmetros que inicialmente lhe referi. Já quanto às questões do bem-estar, rendimento, segurança e oportunidades no emprego ainda é cedo para dizer se sim ou não relativamente às novas gerações.

Sabemos que a Assembleia da República cumpre seguramente o seu papel político e legislativo. Mas cumpre também um papel social e de educação perante o País? Esse trajeto também cabe a esta casa?

É uma pergunta difícil... eu já disse ali uma vez, no plenário, que o Parlamento não é uma escola. O que eu queria dizer com isso? Queria chamar a atenção de deputados que estavam a colocar-se numa posição professoral, que isto aqui não é o sítio em que Professores Doutores, seja em que forem, explicam a licenciados as coisas. Aqui todos estamos ao mesmo nível, todos temos os mesmos direitos e o debate é entre iguais e não entre professores e alunos. Nesse sentido, o Parlamento não é uma escola. Evidentemente que o Parlamento deve ser e é uma escola de cidadania. O que aqui fazemos deve servir de referência também para os nossos concidadãos, que devem poder usar-nos como exemplo. O Parlamento tem atividades de promoção da cidadania que são verdadeiras atividades de Educação não Formal. Por exemplo, temos uma exposição sobre a Constituição de 1822, que está aberta ao público que visita o Parlamento. E essa é uma forma de procurarmos que as pessoas, os portugueses, tenham consciência que isto de termos uma Constituição, de termos eleições, de serem assembleias de natureza parlamentar que aprovam as grandes leis é uma coisa que tem 200 anos. Não tem mais de dois séculos em Portugal. Portanto, não consigo ter uma resposta muito clara à sua pergunta, pois depende do plano em que nos situarmos.





PERFIL

Augusto Santos Silva

Nascido no Porto em 1956, é casado, pai de três filhos e avô de cinco netos. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1978, e doutorou-se em Sociologia, pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, em 1992, com uma tese intitulada “Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular”, que foi publicada em 1994. Fez provas de agregação em ciências sociais pela Universidade do Porto. Lecionou no ensino secundário e universitário, sendo professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da mesma universidade. Trabalha nas áreas da epistemologia e metodologia das ciências sociais, da sociologia da cultura e da ciência e teoria política. Entre as funções de direção que ocupou na Universidade do Porto contam-se as de pró-reitor e de presidente do Conselho Científico da sua Faculdade. Foi cronista dos jornais Público, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, e comentador da TSF, da RTP e da TVI24. Desde 1999 que tem desempenhado funções públicas, entre as quais a de deputado à Assembleia da República e de ministro da Educação, da Cultura, dos Assuntos Parlamentares, da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros. É atualmente o Presidente da Assembleia da República.

A UNIVERSIDADE PODE SER UMA PONTE PARA A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL? EM CORK JÁ É!

A segunda cidade da Irlanda é bem diferente da vibrante capital Dublin. Com pouco mais de 200 mil habitantes, pacata e discreta, Cork tem na sua Universidade um dos principais pilares no processo de ensino formal. A University College Cork bebe da experiência de organizações não governamentais, mas também beneficia de uma política nacional que valoriza outros processos educativos, que não apenas o formal.



Deve o ensino formalizado e estruturado em sucessivos níveis acadêmicos, complementar-se com as experiências de Educação não Formal? A resposta é, evidentemente, que sim, já que todos concordam que a Educação não Formal é fundamental para trabalhar aspectos como o “eu social” e contribuir até para as competências profissionais de jovens e menos jovens.

A questão é, pois, sabermos se a Academia está a contribuir para o estímulo de experiências não formais, participando, medindo e valorizando os percursos fora do sistema de ensino superior. E, aqui, a resposta já não é tão evidente... Mas em Cork não há dúvidas. Nem sobre o interesse da relação de complementaridade entre os dois tipos de educação nem sobre a prática da University College Cork (UCC).

A realidade que fomos conhecer, 250 km a sul de Dublin, com ajuda da Léargas, a agência irlandesa que gere os programas de trabalho com jovens, o que inclui o Erasmus+ e o Corpo Europeu de Solidariedade, não é, contudo, um acaso. A Irlanda há mais de duas décadas que desenvolve políticas nacionais voltadas para o trabalho com jovens e para a Educação não Formal.



DA PRISÃO PARA A POLÍTICA E PARA O TRABALHO COM JOVENS

Logo que chegamos ao centro urbano de Cork, vemos evidências da presença da UCC na sociedade civil. No topo de uma das torres mais evidentes da cidade, a principal casa de espetáculos e centro cultural, lá está o logótipo da UCC, como parceiro do processo artístico em curso.

Cork não tem grande esplendor arquitetónico e é no campus da UCC que encontramos uma das zonas mais interessantes e modernas da sua urbe, com uma grande biblioteca, um museu e galeria de arte, livrarias, residências e edifícios que combinam o contemporâneo com o antigo, tudo integrado num verde e bem tratado parque urbano, de portões abertos.

Fora dos seus muros, bem longe do fervilhar constante da comunidade universitária, encontramos várias instituições onde acontecem processos de Educação não Formal, quase sempre com importantes links à UCC. Um deles, o Cork Life Centre, revela uma das mais duras realidades sociais, já que atende jovens que caíram, de alguma forma, em processos de dependência ou criminalidade e não estão devidamente acompanhados na escola ou nem sequer a frequentam.

Chegam, muitas vezes, traumatizados por eventos mais ou menos catastróficos nas suas vidas e não têm os meios para se integrarem num sistema educativo que exhibe parâmetros relativamente rígidos. O Life Centre trabalha para garantir que o maior número possível de jovens alcança o seu potencial, garantindo-lhes formação profissional, estimulando o gosto pelas artes ou por ofícios que não imaginavam poder desempenhar, tentando reintegrá-los no sistema formal.

Don O'Leary é diretor desta instituição há quase duas décadas, mas também o seu passado é uma história de acontecimentos drásticos e de reintegração, após ter sido condenado a cinco anos de cadeia, por alegado envolvimento com o IRA. Na verdade, ele diz que apenas estava envolvido politicamente com o Sinn Féin e não com o seu braço armado, mas inusitadas circunstâncias acabaram por ligá-lo a um atentado.

Depois de sair da cadeia, tentou empregos onde o seu passado era um entrave, acabando a trabalhar na escola onde a sua mulher lecionava. Daí a ensinar foi um abrir e fechar de olhos e rapidamente se viu a liderar o Cork Life Centre e a perceber a realidade de cada indivíduo. Até há poucos anos era ainda um dirigente do Sinn Féin, atividade que deixou ao ser-lhe diagnosticado um cancro, em fase terminal.

“Perguntam-me porque deixei a política e porque continuo no Life Centre. Eu respondo que aqui é que estou mesmo a fazer política”, esclareceu-nos enquanto nos guiava entre as oficinas, os ateliês de arte e as histórias que se cruzam com as vidas atribuladas de muitos jovens que ali encontram abrigo.

“Fico feliz em dizer que não perdi um dia desde que recebi a notícia de que iria morrer brevemente de cancro”, diz O’Leary. “Disseram-me que tinha oito a onze meses de vida, mas já passaram anos e aqui estou eu, com as minhas crianças. Há coisas, como o cancro, que não posso controlar, mas há outras que posso. O que eu quero fazer, com quem quero estar e onde quero estar eu posso controlar. E o que quero agora é fazer política desta forma. Ensinar e orientar as minhas crianças, tentando partir da realidade de cada uma”.

Apesar das atividades do Life Centre e de O’Leary serem o resultado de dinâmicas e metodologias da Educação não Formal, em 2021 a UCC reconheceu o seu contributo para a educação, atribuindo-lhe um doutoramento *honoris causa*. “Nunca esperei vir a ser doutorado, nunca esperei esse reconhecimento para mim”, afirma, admitindo que essa distinção que a principal instituição de ensino formal da cidade lhe concedeu, acabou por criar um vínculo entre o Life Centre e a Universidade, que é importante para as suas crianças.

Aliás, ouvir Don O’Leary falar é ouvir a palavra criança, repetidamente, mesmo quando a sua idade já aponta para a adolescência e as suas vidas foram pautadas por comportamentos de adultos. Sempre as crianças... “Eu gostava que a sociedade fosse menos dura com as crianças e que percebesse que a educação é um direito de todas elas, sejam quais forem as suas circunstâncias”, acrescenta.

Esta atenção que a UCC deu ao trabalho desenvolvido por Don O’Leary na Educação não Formal, reconhecendo-o e titulando-o, é apenas um dos aspetos que caracteriza o papel da Universidade em Cork junto da Educação não Formal na cidade.

“Não me deixo ficar em casa quando vou trabalhar”

Nas várias instituições que trabalham com jovens em Cork, sempre encontrámos relações íntimas com a Universidade e quase todos aqueles que se envolvem em processos de Educação não Formal beneficiam também de estarem, pontualmente ou mais continuamente, ligados ao ensino universitário.

Uma das professoras que ouvimos no campus, também envolvida com processos de Educação não Formal fora da UCC, chamou a atenção para a necessidade de não desligar o ensino universitário da vida real.

“Eu não me deixo ficar em casa quando vou trabalhar. Eu levo-me comigo”, afirma Cindy O’Shea, chamando a atenção para



No Life Centre de Cork

a arte é um meio para a ressocialização dos jovens

a necessidade de manter ligações humanizadas com os alunos no ambiente da Educação Formal. Ao mesmo tempo, tal como O’Leary, lembra a necessidade de “amar e respeitar as crianças”, nos processos de Educação não Formal.

Noutra instituição, o Youth Work Ireland Cork, encontrámos também essa capacidade de amar as crianças. Integrado no National Youth Council of Ireland, que é o órgão representativo das organizações voluntárias de jovens no país, uma equipa presta aconselhamento gratuito sobre vícios, destinado a jovens e aos seus pais. Em especial, dá-se atenção aos jovens dos 11 aos 18 anos, cujos pais têm problemas com álcool ou outras dependências.

Também esta instituição orienta e medeia o relacionamento com as instituições de ensino formal, nomeadamente as escolas e o UCC. Nadia Moussed, uma marroquina com trabalho no processo de inclusão, diz procurar provocar a consciência enquanto ajuda os jovens em seu engajamento ativo relativamente ao lugar onde se encontram. "O meu compromisso é trabalhar como um catalisador para amplificar a voz dos jovens marginalizados para que possam ser ouvidos".

Youth Work Ireland Cork
Joe Curtin e Nadia Moussed



Na sua qualidade de Instrutora de Diversidade e Inclusão, Nadia Moussed desenvolveu e realizou workshops sobre direitos humanos, para aumentar a competência cultural em diversas organizações. A sua atividade aborda temas como o antirracismo, diálogo intercultural para a mudança e conscientização LGBTI+. A técnica de juventude, que também não teve uma vida fácil até se estabelecer em Cork, leciona hoje na UCC, enquanto desenvolve a sua atividade não formal. "Foi o trabalho com jovens que salvou a minha vida", afirma lado a lado com Joe Curtin, diretor do centro.

Joe lembra que é preciso colocar o trabalho com jovens no contexto de cada um e que é isso que a Educação não Formal mais tem a oferecer à formal. "Estamos muito formatados por ideias

pré-concebidas. Devemos olhar melhor e com mais cuidado para a história de cada um e tentar perceber a sua educação a partir do indivíduo", afirma. E conta uma história "se eu lhe disser que um taxista circulava em contramão numa rua, um polícia viu e não fez nada e lhe perguntar porquê, provavelmente não saberá dizer. Mas se pensar um pouco poderá responder que o taxista não ia ao volante do seu táxi, mas a pé e por isso não estava a cometer qualquer infração".

Compreender a realidade fora dos muros da Academia e transformar a experiência da Educação não Formal em algo que se possa articular com a Educação Formal, passa também por inserir no contexto do campus esse tipo de experiência. E em Cork é o que está já a acontecer.



A INCLUSÃO PELA ARTE

Em pleno campus universitário
o antirracismo é trabalhado através
de Educação não Formal

Em pleno campus universitário, encontramos o magnífico museu e galeria de arte The Glucksman e na sua cave conhecemos Fionnuala O'Connell. Ela é membro do conselho do Irish Network Against Racism (INAR), pós-graduada em Desenvolvimento Internacional e Política Alimentar, fundadora da Iniciativa Juvenil Contra o Racismo e é artista.

Ao serviço do Cork Migrant Centre (CMC) desenvolve trabalho de integração e bem-estar psicossocial, criando espaços seguros para as famílias migrantes, incluindo jovens, para construir as suas capacidades (físicas, sociais, emocionais, cognitivas, culturais).

A UCC acolhe e apoia projetos de Educação não Formal e, através deles, contribui para a integração de migrantes, partindo da sua condição individual.

A criatividade e a arte fazem parte dessas ferramentas e na galeria do The Glucksman encontrámos uma exposição que aborda as temáticas trabalhadas pelo Cork Migrant Centre.



Fionnuala O'Connell explica: “trabalhamos com jovens migrantes em projetos de apoios educacionais em colaboração com a UCC, como é o caso do Homework Club ou do StudyClix, que ajudam à compreensão dos conteúdos da Educação Formal. Mas também temos um clube de dança e música e aulas de arte com a Crawford Art Gallery ou uma oficina de teatro em colaboração com a UCC em Millstreet, além de facilitarmos estágios, palestras e de desenvolvermos projetos antirracismo”.

Certo é que em quase todas as atividades de organizações como o Cork Migrant Centre, vemos a presença da Universidade que, além de apoiar, disponibiliza instalações e valoriza atividades como, neste caso, a artística.

O último elo de ligação da University College Cork à Educação não Formal é a valorização curricular que atribui a atividades de voluntariado e não só, fora do campus e do âmbito do ensino superior, atribuindo créditos académicos por atividades extra curriculares, valorizando experiências e vivências de Educação não Formal.



Os migrantes
merecem em Cork uma atenção especial

COMO

A IRLANDA APOSTOU
NA EDUCAÇÃO
NÃO FORMAL



Sinead McMahon

é professora na Maynooth University, onde leciona as cadeiras de Política Social, Política e Práxis do Trabalho Juvenil, sendo ainda colaboradora do Limerick Institute of Technology, onde leciona Política Social. Faz parte do Comité de Trabalho Juvenil Tipperary ETB. Acompanhando-nos na visita a Cork, Sinead esclarece que a interação entre as universidades irlandesas, o trabalho juvenil e a Educação não Formal também acontece noutras cidades, como em Maynooth, a pequena cidade universitária que fica perto de Dublin, de onde provém.

“Sim, o nosso diploma em Community and Youth Work está muito conectado com a prática de trabalho com jovens. Os nossos alunos passam 50% do seu tempo em estágios de trabalho de campo, ganhando experiência prática valiosa. Nesses ambientes, eles são supervisionados por técnicos de juventude qualificados, muitos dos quais são graduados. Além disso, convidamos os praticantes a participar em sala de aula como palestrantes convidados. O nosso objetivo é garantir que haja uma forte conexão entre a aprendizagem teórica e prática e entre os ambientes informais, não formais e formais”, esclarece.

Sinead explica ainda que a aposta na Educação não Formal é um desígnio nacional: “o estado irlandês priorizou a Educação não Formal de várias maneiras, principalmente no início deste século. A Irlanda tem uma Lei do Trabalho com Jovens (de 2001) que o define como uma forma de educação, isso foi reiterado numa peça legislativa mais recente chamada Lei ETB de 2013. O estado apoia o trabalho juvenil e a Educação não Formal por meio de financiamento a clubes juvenis, projetos juvenis e iniciativas de participação juvenil. Atualmente o Departamento da Criança, Igualdade, Deficiência, Integração e Juventude disponibiliza cerca de 67 milhões de euros para apoiar este tipo de trabalho”.

“Sim, o nosso diploma em Community and Youth Work está muito conectado com a prática de trabalho com jovens. Os nossos alunos passam 50% do seu tempo em estágios de trabalho de campo, ganhando experiência prática valiosa”



Dublin

Em toda a Irlanda se percebem os resultados de uma política de trabalho com jovens



POLÓNIA. OUTRA REALIDADE

Na visita a Cork fomos acompanhados por Joanna Podgórska-Rykala, bolsista polaca no Robert Schuman Centre for Advanced Studies. Licenciada em Direito, Ciência Política e Administração e Doutorada em Ciências Sociais na disciplina de Ciência Política gostou do que viu na Irlanda e que contrasta com a realidade do seu país.



Em Varsóvia
há luz verde para progredir
apenas na Educação Formal



“O voluntariado deve ser um caminho natural, a par da formação académica. Os nossos alunos fazem estágios, que são uma espécie de voluntariado, porque não são pagos, embora sejam obrigatórios. No entanto, duram apenas algumas semanas. Isso é muito curto”, afirma a académica, chamando a atenção para um sistema que considera não ser favorável a programas de Educação não Formal.

“Os alunos estão muito limitados ao estágio do seu curso, que quando termina, os deixa muitas vezes frustrados”. Joanna Podgórska-Rykala esclarece que na Polónia “os alunos podem escolher entre estudos em período integral ou meio período”, ficando dispensados de propinas se escolherem a primeira opção. “Antigamente quem estudava em tempo integral não trabalhava profissionalmente e tinha tempo para o envolvimento social, para experiências de voluntariado”, ou seja, para a Educação não Formal. Mas hoje não é assim e a maior parte dos alunos opta pelo tempo inteiro, mas é forçado a trabalhar para

sustentar a habitação e as restantes despesas. “A maioria dos meus alunos em tempo integral trabalha e não lhe sobra tempo para outras atividades paralelas ao Ensino Formal. Eles trabalham em lojas ou restaurantes, às vezes em ambos e ainda estudam a tempo inteiro”.

A professora esclarece assim que, na Polónia, a Educação não Formal fica muito prejudicada: “há momentos em que não consigo encontrar uma data para estar com os meus alunos fora do horário normal porque todos estão mais ocupados do que eu!”. Para a professora universitária há uma espécie de semáforo verde para, quem quiser, facilmente chegar a mestre, mas isso não significa que os jovens estejam a ter uma formação completa em aspetos cívicos e profissionais, porque falta a Educação não Formal.

“Os jovens são aqueles que se tornarão cidadãos plenos do país dentro de poucos anos. Eles darão poder a instituições públicas, escritórios, ocuparão cargos

políticos. Eles vão administrar o nosso país, decidir sobre economia, sobre política social, sobre proteção ambiental. Nas mãos deles está o nosso futuro e o das gerações futuras. Por isso acredito que envolvê-los em atividades de Educação não Formal é extremamente importante, pois isso molda a sua personalidade e a sua atitude perante o mundo. Ensina-lhes a tolerância, a lidar com a diferença. Isso os ajudará a enfrentar a vida adulta, que muitas vezes é dolorosa, bem como os horrores do mundo, como guerras e conflitos armados que estão a acontecer bem diante dos seus olhos. A Educação não Formal ensina muito mais do que os manuais escolares. Ensina a vida, os relacionamentos, como lidar com problemas, com conflitos e com emoções. Ensina através da experiência e da interação, para as quais simplesmente não há espaço nem tempo suficientes mesmo nas melhores escolas formais”.



FUTEBOL DE RUA

Gonçalo Sequeira dos Santos
Coordenador do Projeto
Futebol de Rua, Associação CAIS

A Educação não Formal na promoção da Inclusão Social, o caso prático do Projeto Futebol de Rua.

No Projeto Futebol de Rua, destinado a jovens em situação de vulnerabilidade social, muitos deles NEET, a Educação não Formal funciona, no desenvolvimento de valores, competências pessoais e sociais, onde a generalidade dos outros processos de capacitação não tiveram sucesso.

Esta é uma afirmação arriscada, mas suportada por mais de 10 anos de utilização da Educação não Formal e com resultados muito expressivos na promoção da inclusão social.

Iniciado em 2004, pela Associação CAIS, o Projecto Futebol de Rua promove o acesso à prática desportiva e o desenvolvimento de valores, competências pessoais e sociais através de um conjunto de atividades educativas complementares, que têm na Educação não Formal a sua metodologia.

Um público-alvo jovem, em situação de fragilidade social e com histórias de vida que geram, frequentemente, um afastamento dos vários processos de aprendizagem tradicionais e condicionam o seu desenvolvimento pessoal e inclusão social.

Contudo, as atividades implementadas, recorrendo a métodos de Educação não Formal, permitem trabalhar um referencial de 20 valores, competências pessoais e sociais, e fornecer a estes jovens as bases indispensáveis ao seu processo de capacitação, autonomização e exercício da cidadania ativa.

“É a Educação não Formal o único processo de aprendizagem válido para o desenvolvimento pessoal de jovens numa situação de fragilidade social e sua respetiva integração social?

Não, contudo, é a mais eficaz!”

Ao longo da última década, mais de 1.000 jovens beneficiaram, anualmente, dos workshops da iniciativa Move-te, Faz Acontecer, desenvolvida em parceria com a Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade, no contexto do Projecto Futebol de Rua. Desses, mais de 80% desenvolveram os seus valores e as suas competências pessoais e sociais como a motivação, autoestima, resiliência, autoconhecimento, flexibilidade, capacidade de resolução de conflitos ou assertividade, e mais de 75% reintegraram-se no sistema de ensino ou mercado de trabalho.

No seu decurso, um pouco por todo o território nacional, os jovens beneficiários reorganizaram as suas vidas, passaram a ser parte ativa da sociedade civil e assumiram, também eles, novas funções nas estruturas locais e nacionais do Projecto, num contínuo processo de aprendizagem, sempre sustentado por diferentes processos de aprendizagem e recorrendo a métodos de Educação não Formal.

A Educação não Formal é, neste contexto, uma poderosa ferramenta no processo de aprendizagem, na capacitação e autonomização, que frequentemente, fruto de vivências complexas,

que até então não havia sido possível adquirir noutro contexto. É a Educação não Formal o único processo de aprendizagem válido para o desenvolvimento pessoal de jovens numa situação de fragilidade social e sua respetiva integração social? Não, contudo, é a mais eficaz!

Os resultados do Projecto Futebol de Rua, e os jovens capacitados pelas várias comunidades em todo o território nacional, atestam isso. A Educação não Formal permite, de uma forma simples, flexível, acessível e adequada às suas complexas histórias de vida, fazer aprendizagens até então descuradas e construir os pilares para o seu processo de desenvolvimento pessoal, permitir a reaproximação à Educação Formal, ao mercado de trabalho, ao exercício da cidadania ativa e à integração social plena.

EM BRAGA BRINCA-SE COM COISAS SÉRIAS

**Pode um jogo ser educação?
Em Braga, na Cruz Vermelha Portuguesa
criam-se jogos que abordam temáticas como
a violência no namoro ou o tráfico de seres
humanos. Tudo começou em 2016, com um
jogo de tabuleiro, mas o novo projeto é digital
e também aborda a igualdade de género.**



A Ana Sofia Oliveira, do Gabinete Nacional da Juventude, a Beatriz Neto e o Luís Saldanha, da delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, estão apaixonados por um jogo que, não deixando de o ser, leva a conversas para coisas sérias, como a igualdade de género, a violência no namoro ou o tráfico de seres humanos.

A ideia, que está agora na fase piloto e em avaliação de impactos, foi concebida em 2021 e beneficiou de uma candidatura à Ação Chave 2 do Programa Erasmus+, através da Agência Nacional. Os objetivos de prevenção e identificação de riscos são atingidos partindo das experiências dos jogadores, jovens que muitas vezes não conseguem perceber que estão eles próprios envolvidos em processos de violência, discriminação ou tráfico de seres humanos.

O jogo, concebido por um consórcio que, além de Portugal, envolve também equipas em Itália e na Estónia, integra ainda a importante participação da Associação de Psicologia da Universidade do Minho.

“Isto não começou aqui”, começou por dizer Ana Sofia Oliveira, explicando que, por volta de 2016, a Juventude Cruz Vermelha Portuguesa percebeu que, se queria captar a atenção dos jovens, teria de encontrar outros caminhos e não poderia continuar a formalizar tudo. Até aí a organização fazia coisas mais expositivas, quando tentava abordar os públicos jovens e sensibilizá-los para problemas que impactam a geração.

“Íamos às escolas e apresentávamos de um modo mais formal os conteúdos”, explica a técnica do Gabinete Nacional da Juventude, acrescentando que isso colocava dificuldades quando se pretendia impactar realmente os mais novos. “Com base em estudos que já então

tinham sido feitos, entendemos que os jogos poderiam ser uma boa forma de passarmos informação e de fazermos Educação não Formal. A competição estimula muito mais a atenção”.

E, assim, a partir de 2016 foi desenvolvida a primeira candidatura à Ação Chave 2 do programa Erasmus+ no domínio da juventude. Na altura, optaram por um jogo de tabuleiro em que o objetivo era trabalhar os “Youth Goals” da União Europeia. “Fizemos um consórcio europeu com outros países e o projeto correu bem”, explicou.

PANDEMIA AJUDOU À TRANSIÇÃO PARA O DIGITAL

Beatriz Neto revela, entretanto, que foi a pandemia de COVID-19, em 2020, que os fez virar as antenas para um modelo digital do conceito e desenvolver um novo jogo, desta vez abordando temáticas socialmente mais críticas. “A pandemia veio complicar o desenvolvimento do projeto a partir de 2020 e começámos a pensar no digital e em desenvolver o atual projeto, tendo como base a prevenção da violência no namoro, igualdade de género e tráfico de seres humanos”, algo que muitas vezes também decorre num ambiente digital.

O jogo chama-se Play4Equality e aborda temas cada vez mais atuais e que é necessário serem trabalhados numa perspetiva de prevenção. “A internet oferece sonhos em que os mais jovens acreditam e que muitas vezes são miragens, não existem”, revela, acrescentando que “provavelmente quando alguém está a jogar pode identificar-se com uma das

situações e perceber que pode estar a ser vítima ou em risco de o ser”.

A oferta de uma sessão de fotos gratuita na Indonésia pode ser uma armadilha para tráfico de seres humanos, mas por vezes os jovens têm dificuldade em entender que podem estar à beira de se tornarem vítimas.

A ideia do jogo não é ser inteiramente digital. Na verdade, o jogo é híbrido, na medida em que proporciona contactos pessoais. Ana Sofia explica: “imaginemos uma situação em que durante o jogo um jovem revela a experiência de ter partilhado uma fotografia da sua namorada em biquíni nas redes sociais e que isso a deixou perturbada e zangada e ele não percebe, porque considera que ela está bem na fotografia. Nessa altura, o processo do jogo pode parar e ser promovido um debate com os intervenientes, fora do ambiente do jogo, para

que se perceba quais deverão ser os limites de partilhas de conteúdos sobre terceiros, dos direitos à imagem e à privacidade”. E dessa forma os temas vão sendo esmiuçados, o que permite que os jovens cheguem às suas próprias conclusões sobre o que é ou não lícito ou sobre que cuidados deverão ter, por exemplo, relativamente ao consentimento ou mesmo relativamente às consequências legais.

O jogo está na fase piloto e já permite aos seus criadores fazer estudos nas escolas e medir o impacto naqueles que o jogam. “Já tivemos a primeira saída à rua”, conta Beatriz Neto, que garante ter corrido “muito bem. A fase preliminar correu de forma excelente e envolveu cerca de 120 participantes. A experiência foi muito positiva, com os jovens jogadores muito focados nas temáticas”, acrescenta, lembrando “a colaboração da Associação de Psicologia da Universidade do Minho, na parte mais teórico-conceitual do jogo”.

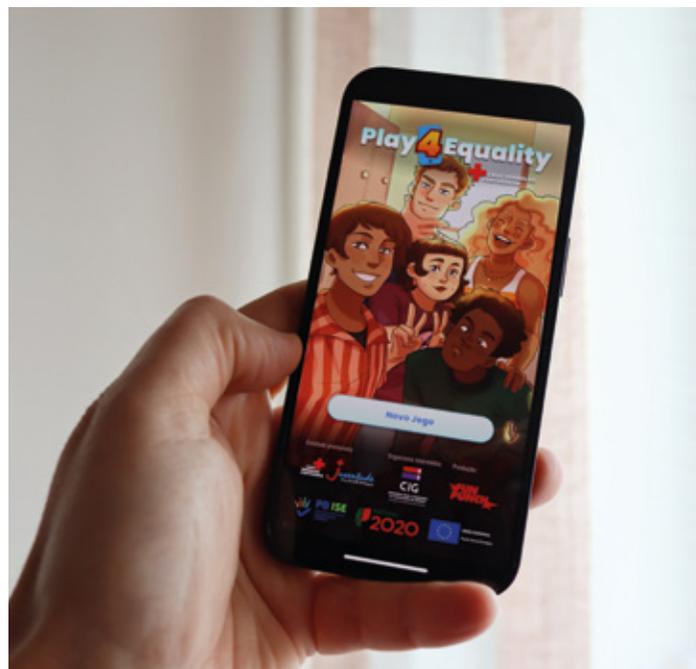
Contudo, a equipa que o concebeu dá uma enorme importância às fases de teste e piloto, uma vez que o jogo foi fundamentalmente feito por adultos, e torna-se necessário afinar linguagens e questões, para que os termos usados se aproximem o mais possível dos que a juventude usa nos dias de hoje. “Nós ainda somos jovens... mas não tanto assim”, confessa com humor. A participação daquela associação foi também importante na avaliação dos resultados, o que é fundamental.

Por inerência, a saúde mental é um dos aspetos que está a ser trabalhado neste jogo, assim como a relação com os outros e com o ambiente. E é importante que os conhecimentos dos jovens sobre estas matérias sejam avaliados antes e depois.

Este exemplo de como pode a Educação não Formal alcançar resultados no conhecimento e sensibilização em áreas de atuação onde a Educação Formal tem dificuldade em entrar, remete para a questão da complementaridade. Serão os dois processos sobreponíveis ou complementares?



“Com a Educação não Formal é o indivíduo que vem buscar conhecimentos”





Ana Sofia Oliveira explica que “os objetivos da Educação Formal e da Educação não Formal acabam por ser os mesmos. O que muda são os métodos. Com a Educação não Formal tentamos sair da caixa. É o indivíduo que vem buscar os conhecimentos e nós somos apenas os facilitadores”, concretiza.

“O Ensino Formal está muito bem estruturado, na Educação não Formal as coisas parece que acontecem por acaso. Mas não é assim. Muitas vezes tudo está planeado para que aconteça daquela forma”, explica ainda, considerando que “um sistema é complementar do outro”. Beatriz Neto concorda e acrescenta: “quando entramos numa sala não nos veem como o professor que vem ensinar coisas aborrecidas. Sentem-se mais seguros e confiantes. Estamos entre pares. Não há respostas erradas na Educação não Formal. O facilitador é quem tem de fazer as perguntas certas”.

Mas aqui surge uma pergunta legítima: por não ser formal não cria insegurança? “Não. Estamos habituados a gerir o processo”, garantem-nos. “A Educação não Formal não tem de ser menos elaborada. Nós trabalhamos melhor a confiança. Mas isto não é uma guerra entre a Educação Formal e a não Formal, ao contrário”.

Ainda assim há um conflito, o do tempo disponível. “Precisamos que o ensino formal nos ceda mais tempo para poderemos trabalhar a Educação não Formal”, assegura Ana Sofia Oliveira. “Em Braga estamos presentes em muitas escolas com diferentes projetos. Os agrupamentos em Braga perceberam que temos a capacidade para intervir e solicitam muito a participação da Educação não Formal no processo educativo formal. Temos tido uma grande abertura das escolas de Braga, desde que os nossos processos se enquadrem nos objetivos que eles têm. Infelizmente, a confiança que a Cruz Vermelha de Braga conquistou junto das escolas nem sempre existe no resto do território. Ainda há muito desconhecimento e o país não trabalha todo da mesma forma”, explica.

E a dimensão do meio, influencia a forma e os resultados de projetos como este? Os técnicos que responderam à nossa reportagem não têm dúvidas: “as escolas em Lisboa e Porto são mais abertas e há mais organizações. Nos meios mais pequenos não existem tantas organizações e não há tanta abertura”. Os municípios podem desempenhar um papel importante. Quando o jogo estiver pronto haverá reuniões de disseminação do projeto com autarquias e aquilo que se pretende é, através das autarquias, chegar às escolas: “queremos disseminar ao máximo o poder da Educação não Formal”.

B

BEBEMOS DAS ORIENTAÇÕES
INTERNACIONAIS
DA CRUZ VERMELHA





Este consórcio com Estónia e Itália foi importante para a Cruz Vermelha Portuguesa. Luís Saldanha, da delegação de Braga da instituição, explica que o contexto internacional lhe dá escala e permite que o jogo possa ser jogado por qualquer jovem de qualquer país, já que, além das línguas dos três países envolvidos, está também em inglês.

Mas como se chega a jogar este jogo sério? “Fizemos uma divulgação na rede local da Cruz Vermelha, mas ficará também disponível nas lojas dos operadores de telemóvel, Android e IOS. “Neste momento estamos a implementar e estudar, ou seja, está em fase piloto em Portugal e Itália”, revela.

O objetivo é chegar a 700 jovens em dois meses na fase piloto.

“Nós na Cruz Vermelha Portuguesa, temos uma estratégia de participação juvenil que vai beber às orientações internacionais. E estes temas são prioridades internacionais da instituição. Da nossa experiência de interesse no terreno também percebemos que esta lógica fazia sentido. Falarmos da saúde mental e do Covid-19 teve importância nas relações interpessoais dos jovens. O eu, o social, o ambiente, a crise climática são também temas que queremos abordar”.

Luís Saldanha vai mais longe: “todas as nossas ferramentas são desenvolvidas em colaboração com os jovens. Temos as orientações internacionais, mas tudo isto é feito em conjunto com eles também. E estes são temas que interessam aos jovens e por isso nós vamos com eles”.

Também a questão do financiamento é importante. Os autores deste projeto reconhecem a importância do impulso financeiro que é fundamental para o arranque. “Às vezes temos ideias, mas é impossível pô-las a funcionar, porque o piloto é essencial. Se tivermos financiamento para testar, então a ferramenta será melhor”.

AS

RAÍZES DO CURSO DE FORMAÇÃO INTERNACIONAL

Jo Claeys
Educador Não Formal

“O Poder da Educação não Formal”

2006:

Encontro internacional de formadores de jovens em Bonn - Alemanha. Com alguns colegas formadores, conversámos sobre as próximas mudanças nos programas europeus de mobilidade. E particularmente sobre algumas das “novas” terminologias emergentes. Especialmente quando muito do nosso trabalho passou a ser rotulado como “Educação não Formal” (NFE). Não era um termo novo naquela época, mas ainda muito pouco usado em nosso contexto.

Equipa de formadores:

Denis Morel (França)
Jo Claeys (Portugal)
Simona Molari (Itália)

Na busca por sinónimos mais esclarecedores, nem “aprender fazendo”, nem “aprendizagem experiencial” ou mesmo “aprendizagem baseada em jogos” foram satisfatórios. A Educação não Formal foi a terminologia concetual mais completa para o nosso fluxo e abordagem pedagógica.

Coordenador da Rede de NA:
Thierry Dufour (Bélgica)

E ainda... mesmo atualmente, quase 20 anos depois, muitos de nós ainda lutamos para explicar em palavras claras o que a Educação não Formal realmente envolve.

2009:

foi lançado o curso de formação internacional “The Power of NFE”. Não focaria em ‘alegria e prazer’ numa bolha internacional. Seria um curso sobre “questões irritantes”. Sem foco em ferramentas e métodos, porque isso é demasiado fácil. Existe um caminho muito maior e mais importante antes de irmos por aí: o próprio significado da educação.

Alguns ingredientes do curso:

A diversidade na compreensão de conceitos, semelhanças, simbioses e diferenças entre Educação não Formal, Educação Formal e Ensino Informal. A coerência de cada um como educador e como pessoa. Devemos ter valores diferentes quando se trata de um papel ou outro? Quão relevante é a nossa transparência para com os jovens que apoiamos em seu crescente papel como futuros construtores de comunidades? Ou podemos simplesmente trocar chapéus diferentes de acordo com a ocasião?

Como cada um, enquanto educador, lida com o ‘poder’ que tem? Estamos realmente conscientes de como – mesmo bem-intencionados e/ou inconscientemente – podemos estar abusando desse poder? Goste-se ou não, ignore-se ou rejeite-se:

“Com grandes poderes, vêm grandes responsabilidades”

Citação popularizada pelo tio do Homem-Aranha.

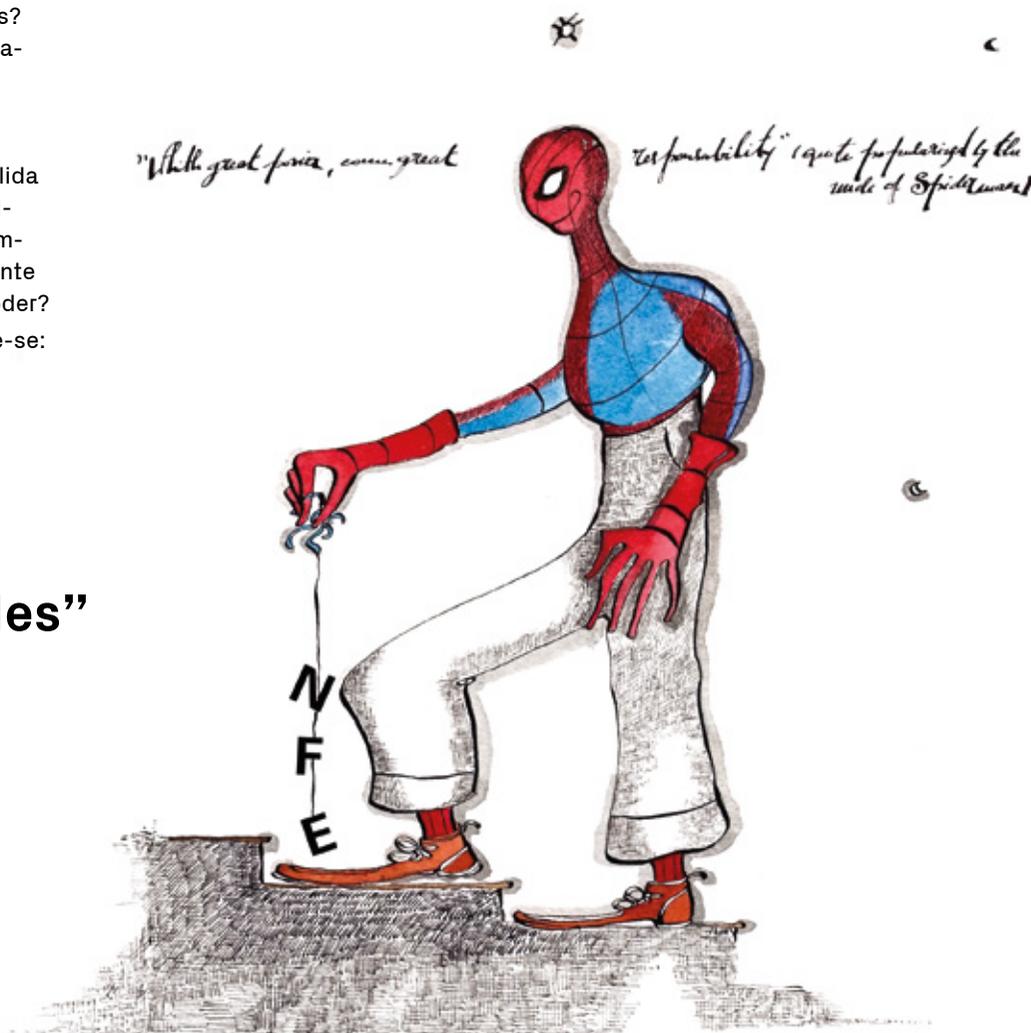
A próxima edição do “The Power of NFE” em Portugal decorrerá de 13 a 18 de junho.

Fique de olho no site juventude.pt

educacional. Desde o início, a Agência Portuguesa Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade apoiou fortemente este curso de formação, acolhendo 10 edições dos últimos anos e enviando 78 animadores e educadores portugueses de juventude. Desde 2022, também outros setores educacionais manifestaram seu interesse. Em janeiro de 2023, aconteceu a primeira edição para educadores do Setor de Educação de Adultos. A Educação não Formal é um dado transversal que cria oportunidades “poderosas” de aprendizagem e capacitação para todos. Independente da idade ou contexto.

**Está pronto?
Nós estamos!**

No entanto, não vamos entrar em muitos detalhes e manter a maior parte do molho picante aberto para que possa descobrir, um dia. Até ao momento, foram realizadas 44 edições residenciais e quatro versões adaptadas “online”, em diferentes idiomas (versão em inglês e francês). Neste momento, 1.300 educadores provenientes de 45 países diferentes mergulharam nesta aventura



ARTE PORTAS ABERTAS





A Zona Velha do Funchal sofreu há cerca de 12 anos uma intervenção artística determinante, que impulsionou a regeneração urbana, a economia e vida daquela parte da cidade. Sveta Azernikova é russa e lidera há mais de 13 anos uma associação que possui a única galeria de arte a funcionar no local e foi a nossa guia pelas portas pintadas das estreitas ruas outrora abandonadas, mas hoje a fervilhar de cor e vida.

ArteM acolhe projetos de voluntariado e é um dos motores da Educação não Formal na Ilha da Madeira.



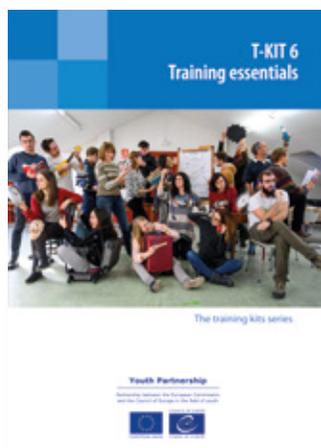








Snežana Bačlija Knoch,
Sabine Klocker,
Stefan Manevski



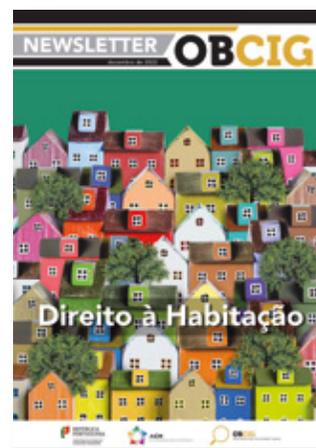
Epale Resource Kit Young Adults



Editado pela EU CoE Partnership e disponível no website do Youth Partnership entre a UE e o CoE, esta é uma publicação da Série T-kit, um conjunto de publicações com “caixa de ferramentas” sobre Políticas Europeias de Juventude.

Disponível em https://epale.ec.europa.eu/system/files/2022-11/EPALE_ResourceKit_YoungAdults.pdf este Kit de Recursos, da EPALE, propõe alguns itens selecionados para lhe dar uma ideia do debate desenvolvido no âmbito do Ano Europeu da Juventude. Neste breve kit reúnem-se reflexões e, com base em alguns projetos, ferramentas para apoiar o desenvolvimento de políticas de Educação não Formal.

Newsletter ObCig

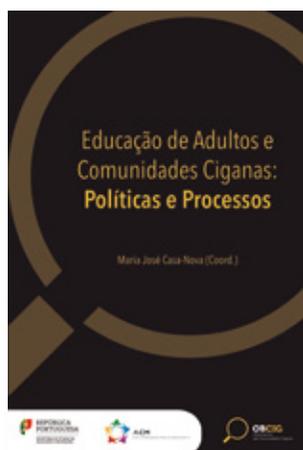


Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig)/Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM)

A Newsletter ObCig conta com 17 números, publicados entre abril de 2018 e dezembro de 2022, debruçando-se sobre diversos temas da atualidade (Educação em tempos de pandemia, Racismo, Associativismo Cigano, Música Cigana, Participação Local, entre outros) e visando a divulgação e reflexão científicas, a desconstrução de estereótipos, a promoção do conhecimento de pessoas ciganas, a divulgação do trabalho de associações ciganas, mediadores interculturais e outros atores e organizações da sociedade civil, bem como de informação sobre eventos e relatórios relevantes, nacionais e internacionais. Está disponível em formato digital de acesso livre divulgada através dos principais canais de comunicação do ACM, I.P. e do ObCig (sítios eletrónicos e páginas de Facebook). A subscrição da Newsletter ObCig poderá ser efetuada através do envio de um email para obcig@acm.gov.pt, caso deseje recebê-la na sua conta eletrónica, após o lançamento de cada número. <https://www.obcig.acm.gov.pt/newsletter>

Educação de Adultos e Comunidades Ciganas: Políticas e Processos

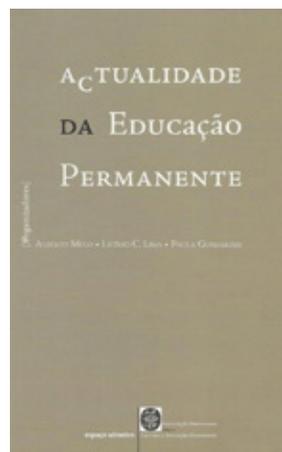
de Maria José Casa-Nova



O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) publicou, em 2022, no âmbito da Coleção Estudos ObCig, o livro “Educação de Adultos e Comunidades Ciganas: Políticas e Processos”, congregando os contributos apresentados por Licínio Lima, Luís Capucha, Cláudia Pereira, Cristina Milagre, Alejandra Ortiz e Ramón Flecha, no Seminário Internacional realizado em 2021, em torno da importância da educação de pessoas adultas ciganas. O livro conta também com um contributo inicial de Maria José Casa-Nova. Salienta-se o ineditismo da obra no panorama português. Trata-se de uma publicação em formato digital de acesso livre online e em formato de papel (disponibilizada gratuitamente mediante o envio de um pedido para obcig@acm.gov.pt). Editada pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM), esta publicação pode ser consultada em <https://www.obcig.acm.gov.pt/documents/58622/201011/Educa%C3%A7%C3%A3o+de+Adultos/d65ac04a-a15a-4191-927f-2e3371468f9d>

A@tualidade da Educação Permanente

de Melo, A., Lima, C. Licínio, Guimarães, P.
Espaço Ulmeiro & APCEP



Editado pelo Espaço Ulmeiro & APCEP trata-se de leitura obrigatória para quem se interessa pelo setor da educação. Apesar das tendências mais recentes, que procuram enfeudá-la à escolaridade formal e à formação para o emprego, a Educação Permanente mantém a sua atualidade, como proposta de educação problematizadora. Tem hoje, mais do que nunca, um papel essencial na resistência aos novos veículos de opressão e obscurantismo e na criação de alternativas regeneradoras. É esta a mensagem central que os autores do livro intitulado A@tualidade da Educação Permanente (de Portugal, Catalunha, Brasil, Eslovénia e Países-Baixos) fazem passar nos seus textos. Tem o preço de 15 euros (portes de envio incluídos) podendo ser encomendado em espacoulmeiroassoc.cultural@gmail.com

Prevenção do radicalismo



Na sequência da Declaração de Paris, adotada em março de 2015, sobre a promoção da cidadania e os valores comuns de liberdade, tolerância e não discriminação através da educação, a Comissão Europeia adotou, em junho de 2016, uma “Comunicação da Comissão” sobre o apoio à prevenção da radicalização que conduziu ao extremismo violento e propôs o estabelecimento de uma rede de modelos inspiradores. A Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade conta numa secção do seu website algumas das histórias que resultaram desta ação, procurando inspirar ainda mais jovens. www.juventude.pt/pt/pages/rolemodelspt

Blink

 Agência Nacional
Erasmus+ Juventude/Desporto
Corpo Europeu de Solidariedade

www.juventude.pt
www.europasolidaria.pt